

São Paulo

DATA MERCANTIL

RS 2,00

Quinta - feira, 18 de fevereiro de 2021

Edição N ° 241

www.datamercantil.com.br

Prisão em flagrante de deputado bolsonarista é decisão controversa do STF, dizem especialistas



A decisão do ministro Alexandre de Moraes (STF) ratificada pelo plenário da corte que ordenou a prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ) na noite desta terça-feira (16) é vista como controversa e divide opiniões entre especialistas em direito ouvidos pela reportagem.

De acordo com a Constituição Federal, um parlamentar pode ser preso em caso de flagrante de crime inafiançável. Moraes justifica o flagrante pelo fato de a conduta ter sido gravada e disponibilizada na internet.

As falas foram consideradas pelo STF crimes contra a segurança nacional, por isso inafiançáveis, por conferirem ataques ao Estado democrático de direito, como a defesa do AI-5 editado pela ditadura militar.

O enquadramento feito pelo ministro do Supremo, porém, provoca questionamentos.

Para Ivar Hartmann, professor associado do Insper, a menção à lei da ditadura evidencia a “motivação autoritária da própria decisão”. Doutor em direito público, ele diz não acreditar que as falas feitas por Silveira possam ser tipificadas dentro de tal lei.

“Fazendo um grande esforço interpretativo, talvez o que mais chega perto é o art. 22, I - fazer propaganda em público de processos ilegais para alteração da ordem política ou social”, diz.

Hartmann afirma que as condutas não são suficientes para justificar a prisão, mesmo argumento defendido pelo professor Thiago Bottino, da FGV Direito do Rio de Janeiro.

Apesar de a Constituição deixar claro quais são os crimes inafiançáveis, diz, ele cita que o Supremo já usou uma interpretação expansiva, quando determinou a prisão do então senador pelo PT Delcídio Amaral.

Em relação ao flagrante, Bottino discorda da interpretação do ministro Moraes. “O fato de o vídeo gravado permanecer online não caracteriza a continuidade da prática da conduta, na minha opinião. Crimes contra a honra ou praticados por meio de palavras são instantâneos.”

“Se aceita a autoritária interpretação do ministro, absolutamente qualquer crime pode justificar prisão em flagrante de parlamentar, de que o órgão judicial entenda existir razões para prisão preventiva”, completa Hartmann.

Géssica Brandino/Folhapress

Economia



Mercado aumenta projeção para taxa básica de juros em 2021

Página - 03

Mudança do ICMS aumenta custos e complexidade para negócios em São Paulo

Página - 03

Política



Saiba quem é Daniel Silveira, deputado que acumulou punições na PM e quebrou placa de Marielle Franco

Página - 04

Investimentos



Até tu, Goldman Sachs? Banco lança uma plataforma de investimentos de olho no varejo

Página - 05

No Mundo

Biden diz que vacinas estarão disponíveis para todos os americanos até julho



Durante sua participação no evento da emissora CNN nos EUA em que recebe perguntas de americanos, na noite desta terça-feira (16), o presidente Joe Biden afirmou que as vacinas estarão amplamente disponíveis para o público geral até o fim de julho. “Vamos ter mais de 600 milhões de doses, o suficiente para vacinar todos os americanos”, disse o democrata ao mediador, Anderson Cooper. O presidente ressaltou ainda que havia apenas 50 milhões de doses disponíveis quando tomou posse, em 20 de janeiro. Para aumentar a

produção, afirmou o democrata, ele implementou a Lei de Produção de Defesa “para que produtores tenham mais equipamentos”.

Outro desafio para vacinar a população apontado por Biden era a falta de profissionais que aplicassem o imunizante, o que gerou uma ordem executiva presidencial para que enfermeiros e médicos aposentados voltassem à ativa.

Sobre a reabertura das escolas, o mandatário americano fez um mea culpa sobre falhas na comunicação de sua decisão de levar os alunos de volta para a sala de aula.

Ele respondia a um ques-

tionamento de sua promessa de campanha de abrir a maioria dos estabelecimentos de ensino nos primeiros dias, mas agora o presidente afirma que, na verdade, estariam abertos ao menos uma vez na semana.

“Isso não é verdade. Houve um erro na comunicação, mas o que estou falando é que eu falei em abrir a maioria das escolas de jardim de infância ao oitavo ano, porque são mais fáceis de abrir e as que mais precisam na questão do impacto nas crianças e famílias que precisam ficar em casa”, respondeu o presidente.

Folhapress

Japão começa a vacinar população contra o novo coronavírus

A vacinação contra o novo coronavírus teve início ontem (17) no Japão. O plano é aplicar a primeira dose em aproximadamente 40 mil profissionais de saúde.

“Estamos iniciando a vacinação, que é tida como a arma mais potente no combate ao novo coronavírus. Esperamos que um grande número de pessoas seja vacinado depois de compreender precisamente os benefícios e os riscos”, disse o ministro da Reforma da Regulamentação, Kono Taro, nessa terça-feira.

Está prevista a imunização adicional de cerca de 3,7 milhões de profissionais da saúde após o grupo inicial.

Dentro de poucos dias, o governo vai definir a logística de distribuição das vacinas, com base em metas que governos provinciais e municipais comunicarão.

O governo japonês também solicitou a prefeituras que elaborem planos para a imunização de aproximadamente 36 milhões de pessoas com mais de 65 anos. O país concluir a vacinação de idosos em um prazo de dois meses e três semanas a partir de abril.

O plano oficial é informar detalhes sobre a eficácia e os efeitos colaterais da vacina após a sua aplicação nas primeiras 20 mil pessoas.

NHK/ABR



Após protesto, Polônia segura projeto de taxa de mídia



Após protesto de jornais, emissoras de rádio e TV, sites e distribuidoras de cinema, o governo polonês anunciou que vai mudar o projeto que instituiu um imposto sobre receitas publicitárias da mídia.

Na semana passada, os veículos fizeram um “apagão de notícias” e publicaram um manifesto sobre fundo preto acusando o governo conservador de direita do Lei e Justiça (PiS) de tentar estrangular a mídia independente.

Ao lado da Hungria, a Polônia é um dos países com maior número de ressalvas em relação à liberdade de imprensa e ao controle dos meios de

comunicação. Ambos os países enfrentam investigação da União Europeia por violações ao Estado de Direito.

O governo pretendia cobrar tarifas de entre 2% e 15%, de acordo com o tamanho e tipo da empresa e do volume de receitas publicitárias, sob justificativa de que precisa de fontes extras para financiar o sistema de saúde.

A medida, porém, foi criticada até mesmo por integrantes da coalizão governista, que, há poucos meses, já havia sofrido um abalo na Polônia. O partido centrista Acordo, que integra a coligação, afirmou na última sexta

(12) que o projeto era “inaceitável em sua forma atual”.

Críticos dizem que o projeto de imposto apresentado pelo Lei e Justiça é mais um passo em sua estratégia de aumentar o controle sobre a mídia, adotada desde que chegou ao poder, em 2015.

Em dezembro daquele ano, ele aprovou uma mudança na lei que lhe deu controle sobre a mídia pública, e cortou drasticamente anúncios de estatais em veículos como o jornal Gazeta Wyborcza, o maior veículo independente da Polônia, e as revistas Polityka e Newsweek Polska.

Ana Estela de Sousa Pinto/Folhapress

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Mercado aumenta projeção para taxa básica de juros em 2021



A expectativa do mercado financeiro é que a taxa básica de juros, a Selic, suba em 2021 e encerre o ano em 3,75%. Na semana passada, essa estimativa era de 3,50%, de acordo com o boletim Focus de ontem (17), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC), com a projeção para os principais indicadores econômicos.

Para o fim de 2022, a estimativa é que a taxa básica fique em 5%. E para o fim de 2023 e 2024, a previsão é 6% ao ano. A Selic, estabelecida atualmente em 2% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom), é o principal instrumento utilizado pelo BC para alcançar a meta de inflação.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Entretanto, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

Quando o Copom reduz a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

A previsão das instituições financeiras para o Índice Nacional de Preços ao Con-

sumidor Amplo (IPCA - a inflação oficial do país) variou de 3,60% para 3,62%. Para 2022, a estimativa de inflação é de 3,49%. Tanto para 2023 como para 2024 as projeções são de 3,25%.

O cálculo para 2021 está abaixo da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. A meta, definida pelo Conselho Monetário Nacional, é de 3,75% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 2,25% e o superior, 5,25%.

Já a estimativa do mercado financeiro para o crescimento da economia caiu de 3,47% para 3,43% em 2021.

Folhapress

Brasileiro renegocia empréstimos para melhorar perfil da dívida na pandemia



Em meio à pandemia de Covid-19, além do fôlego financeiro do auxílio emergencial, os brasileiros consumiram menos e fizeram poupança.

Nesse contexto, muitos aproveitaram a sobra de recursos e o afrouxo regulatório para renegociar dívidas antigas e tentar condições melhores de pagamento.

De acordo com dados do Banco Central, as concessões para composição de dívidas, quando o cliente faz acordo para unir mais de uma modalidade de crédito em uma só, aumentaram 72,7% em 2020.

Com isso, o saldo do sistema financeiro cresceu 61,1% no ano.

“Quando as pessoas têm mais recursos disponíveis,

Mudança do ICMS aumenta custos e complexidade para negócios em São Paulo

O ajuste fiscal promovido pelo governo de São Paulo no ano passado, com corte de isenção de ICMS para vários produtos e mudanças em alíquotas, também tornou mais complexo o tratamento tributário no estado. Deu origem, ainda, a um duelo de decisões judiciais mantendo ou derrubando as revisões feitas pelo fisco estadual.

Tributaristas e contabilistas afirmam que a mudança - e a briga judicial que ela ensejou - criou um emaranhado tributário difícil de ser interpretado especialmente por pequenas empresas, que não dispõem de programas sofisticados ou equipe para implementar todas as alterações.

Além disso, afirmam que produtos e serviços podem ficar mais caros.

O governo de São Paulo afirma que as mudanças fo-

ram discutidas na Assembleia e que não houve aumento de impostos, mas uma revisão linear de benefícios fiscais.

Nesta quarta, representantes dos setores de saúde, do agronegócio e dos revendedores de automóveis fizeram um tratoração na capital contra o aumento de ICMS. Eles saíram da Ceagesp (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) e foram até a Assembleia Legislativa.

Welington Mota, diretor tributário da Confirp Consultoria Contábil, diz ter levado quase um mês para entender todas as modificações introduzidas pelo governo João Doria (PSDB). Desde outubro do ano passado, 15 decretos revisaram ou renovaram isenções e benefícios fiscais, além de mexer em bases de cálculo e de crédito outorgado.

Folhapress



elas tendem a buscar linhas mais baratas de crédito, que exigem mais planejamento. No aperto financeiro, elas procuram modalidades mais caras, porque são mais acessíveis e emergenciais. Então o auxílio, a poupança e o consumo menor contribuíram para esse movimento”, diz o economista e professor da USP (Universidade de São Paulo) Paulo Feldmann.

Segundo a autoridade monetária, o mais comum nesse tipo de negociação é que linhas rotativas, como cheque especial e cartão de crédito, sejam trocadas por uma modalidade mais barata, como crédito pessoal ou consignado, para baratear os custos.

Para o BC, o aumento dessa modalidade foi causado

pela pandemia, que alterou as perspectivas, tanto no caso dos bancos quanto no dos clientes.

“É natural, nesses casos, o aumento das renegociações de crédito buscando adaptações às novas condições. Ou seja, em 2020 houve estímulo às renegociações de dívidas, com algumas instituições financeiras se antecipando aos clientes, oferecendo a possibilidade de extensão de prazos e/ou redução de taxas de juros, de modo a facilitar a superação do período mais difícil de contração da economia”, diz a autarquia em nota.

Segundo o especialista, a queda da taxa básica de juros, que está a 2% ao ano, no menor nível da história, facilitou esse tipo de acordo.

Biznews

Política

Saiba quem é Daniel Silveira, deputado que acumulou punições na PM e quebrou placa de Marielle Franco



A prisão determinada pelo ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), é mais uma na ficha do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ), um ex-policial militar que acumulou punições na corporação que integrava e foi denunciado por uso de atestado médico falso.

Falas ofensivas semelhantes às que levaram à prisão dele agora já eram conhecidas pelo comando da Polícia Militar fluminense, que classificou como “mau comportamento” sua postura ao longo da passagem de quase seis anos na corporação.

Preocupava a PM as publicações de Silveira em sua

página no Facebook, em que ofendia líderes religiosos e a imprensa. A ficha também tem registro de faltas e atrasos ao trabalho.

Foram 26 dias de prisão, 54 de detenção, 14 repreensões e duas advertências que, para a própria PM, deixaram “cristalina sua inadequação ao serviço policial militar, mesmo tendo recebido inúmeras oportunidades, confirmando ineficiência do caráter educativo”.

O histórico de punições foi revelado pelo site The Intercept em agosto de 2020 e confirmado pela reportagem. À época, ele afirmou que as penas administrativas foram impostas porque criticou arbitrariedades

de alguns oficiais da PM.

A carreira de PM foi oficialmente interrompida no dia 4 de outubro de 2018, quando sua exclusão da corporação em razão de sua candidatura para a Câmara foi publicada no Boletim Interno — como não havia completado dez anos de serviço público militar, ele não poderia se licenciar para concorrer.

Naquele mesmo dia, ele ganhou notoriedade nacional ao exibir quebrada a placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSOL) num comício em Petrópolis, sua cidade natal. Estava ao lado do governador afastado, Wilson Witzel (PSC), e do deputado estadual Rodrigo Amorim (PSL-RJ).

Italo Nogueira/Folhapress

Ataques de deputado extrapolam liberdade de expressão e afastam imunidade parlamentar, dizem especialistas

As falas do deputado federal Daniel Silveira (PSL-RJ) contra os ministros do STF violaram os limites do direito à liberdade de expressão previsto na Constituição Federal, segundo constitucionalistas e criminalistas ouvidos pela reportagem.

Para eles, os ataques foram muito graves e nem mesmo a imunidade parlamentar conferida aos congressistas impede que o deputado federal responda criminalmente por suas ofensas e ameaças.

Além disso, o contexto de tensão entre os Poderes que marca o governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) agrava a conduta de Silveira, dizem os especialistas.

O deputado federal foi preso por determinação do ministro Alexandre de Moraes (STF), após ter publicado na internet um vídeo com ataques aos membros da corte na noite de terça-feira (16). Por

unanimidade, a decisão de Moraes foi referendada pelo plenário do Supremo na tarde desta quarta-feira (17).

Em tom desafiador, no vídeo publicado em redes sociais, o deputado federal fez várias referências ao período da ditadura militar e falou em venda de sentenças e a possibilidade de agredir os ministros do Supremo.

Entre outras ofensas, Silveira chamou o ministro Alexandre de Moraes de “Xandão do PCC”, em alusão à facção criminosa Primeiro Comando da Capital, e, ao se referir ao ministro Gilmar Mendes, fez um gesto com os dedos indicando dinheiro.

A defesa do deputado federal contesta a prisão do congressista e diz que a determinação do Supremo representa um violento ataque à liberdade de expressão e tem evidente teor político.

Flávio Ferreira/Folhapress



Com mais de um nome, PSDB define candidato neste ano, diz presidente da sigla



Em meio à crise que tragou o PSDB na última semana, o presidente do partido, Bruno Araújo, afirma que o partido é oposição a Jair Bolsonaro (sem partido).

Araújo foi reconduzido de forma unânime, na sexta-feira (12), após pedido de todos os diretórios estaduais, para mais um ano à frente da sigla. Seu mandato deveria terminar em junho deste ano.

Com isso, ocorrerá sob sua gestão a escolha de um presidenciável do partido, além da definição de alianças em torno da candidatura. Em entrevista à reportagem, Araújo menciona três opções — o governador João Doria (SP), o governador

Eduardo Leite (RS) e o senador Tasso Jereissati (CE).

O presidente afirma esperar que a escolha esteja concluída até outubro deste ano.

Sua recondução ao cargo foi vista como uma derrota para Doria, que almejava a presidência da sigla e a indicação para a candidatura em 2022, algo que tropeçou no lançamento de Leite.

O governador paulista tampouco teve sucesso em retomar a investida contra o deputado Aécio Neves (MG). Segundo Araújo, o tema da expulsão não será revisitado.

Na entrevista, Araújo, que chegou à presidência do PSDB em 2019 com o apoio de Doria, busca pacificar a sigla e diz ter tido também o

apoio de São Paulo em sua recondução.

Não podemos falar de divisão quando houve uma decisão unânime da prorrogação do nosso mandato. Pelo contrário, fazia muitos anos que o partido não se sentia tão unido num propósito de gerar uma estabilidade para cuidar do ano de 2022.

Na segunda [dia 8], tivemos um jantar que nasceu do convite do governador Doria, onde o tema foi discutido, isso seguiu para o partido e daí evoluiu para uma decisão, inclusive com o apoio do governador Doria e da executiva de São Paulo, de achar que a prorrogação do mandato desta atual executiva daria um ambiente de mais estabilidade.

Carolina Linhares/Folhapress

Até tu, Goldman Sachs? Banco lança uma plataforma de investimentos de olho no varejo



Em mais de 150 anos de história, o Goldman Sachs se consolidou como um dos principais nomes globais do mercado financeiro. Figurar entre os clientes da instituição, no entanto, é algo acessível a um universo restrito de afortunados, com no mínimo US\$ 10 milhões em aplicações. Ou melhor, era.

O Goldman Sachs anunciou nesta terça-feira o lançamento da Marcus Invest, plataforma digital dotada de um “robô advisor” e voltada a tíquetes menores no segmento de wealth management. Na prática, a iniciativa marca a entrada do banco na cada vez mais disputada arena dos investidores do varejo.

Na contramão da abordagem tradicional do grupo, para acessar a nova platafor-

ma, basta que o investidor tenha US\$ 1 mil e um smartphone. Além de um aplicativo, a ferramenta estará disponível no site da instituição.

Segundo reportagem do The Wall Street Journal, apesar da proposta que destoa do histórico do Goldman Sachs, o banco não deixou de tomar certas precauções no lançamento. Ofertada inicialmente nos Estados Unidos, a Marcus Invest não fará recomendações de ações específicas, como outras opções disponíveis no mercado.

“Vamos recomendar um mix diversificado de ETFs de ações e títulos que estejam alinhados com o seu objetivo”, diz uma mensagem no site da iniciativa. “Você será exposto a uma variedade de setores e economias com múltiplas oportunidades de crescimen-

to e não ficará vinculado ao destino de uma única ação.”

Ao investir nesse formato, o Goldman Sachs busca se distanciar do modelo proposto por plataformas e aplicativos como o Robinhood e Webull Financial, que estiveram no centro da chamada “revolta das sardinhas”, movimento que abalou as estruturas de Wall Street há poucas semanas.

Ao mesmo tempo, a aposta do Goldman Sachs nessa seara pode ser vista como uma reação, mesmo que tardia, a esses serviços, que tem capturado boa parte da nova leva de investidores acessando o mercado de capitais. A Marcus Invest seria uma tentativa de “rejuvenescer” a operação e capturar uma parcela dessa onda.

Na bolsa brasileira, tech é pop. Mas até quando a onda de IPOs vai durar?

Em 6 de fevereiro de 2020, a Locaweb começou a negociar suas ações na B3, em uma abertura de capital na qual captou R\$ 1,3 bilhão. Com o IPO, a companhia que surgiu como um serviço de hospedagem na internet e evoluiu para o modelo de computação em nuvem e de sistemas de e-commerce passou a figurar ao lado de Totvs, Linx, Positivo, e Sinqia, três empresas que faziam parte do minguado setor de tecnologia da bolsa brasileira.

Um ano depois, a Locaweb voltou à B3 para uma nova captação (follow on), em que conseguiu levantar R\$ 2,750 bilhões, mais do que o dobro de 2020. Com suas ações valorizando-se quase 600% desde a abertura de capital, a empresa foi o abre-alas para uma série de companhias que estão por trás de uma onda de IPOs

de tech na bolsa brasileira.

Até agora, oito empresas de tecnologia tocaram o sino do pregão da B3. No ano passado, o site de cashback e cupons de descontos Méliuz, o brechó online Enjoei e a empresa de big data Neogrid se tornaram públicas entre novembro e dezembro.

Neste ano, a fila cresceu ainda mais com a chegada da fabricante de equipamentos de segurança e comunicação Intelbras, da Mosaico (donas dos sites Buscapé, Zoom e Bondfaro), do e-commerce de móveis Mobly, do site de decoração Westwing e da desenvolvedora de aplicativos Bemobi.

Desde novembro do ano passado, essas aberturas de capital, incluído o follow on da Locaweb, levantaram mais de R\$ 10,5 bilhões em ofertas primárias e secundárias de ações.

Neofeed



Neofeed

Bitcoin bate novo recorde e chega a US\$ 50 mil



O Bitcoin bateu um novo recorde nesta terça-feira (16), alcançando a marca dos US\$ 50 mil. A criptomoeda subiu mais de 20% na última semana, desde que a montadora de carros elétricos Tesla anunciou que tem US\$ 1,5 bilhão em bitcoin e que o aceitará como pagamento.

A moeda subiu mais de 60% no ano até o momento e mais de 1.100% desde março do ano passado, segundo a Reuters. Dados compila-

dos pela Bloomberg mostram que o Bitcoin terminou 2020 ao redor de US\$ 29 mil.

Elon Musk, o chefe da Tesla e homem mais rico do mundo, elogiou o Bitcoin no início do mês e as criptomoedas várias vezes no Twitter, mas é a primeira vez que uma empresa do tamanho da Tesla investe parte de seu tesouro em bitcoins. Muitas vezes, as empresas privadas relutam em trocar seus dólares por um ativo tão turbulento.

“A alta volatilidade do bitcoin inevitavelmente levará à

volatilidade dos lucros da Tesla e tornará o desempenho da empresa menos previsível”, disse Ipek Ozkardeskaya, analista da Swissquote.

Outra empresa americana, a companhia de software MicroStrategy, comprou mais de um bilhão de dólares em bitcoins nos últimos meses. O otimismo cresceu ainda mais depois que, nos Estados Unidos, a Mastercard e o Bank of New York Mellon tornaram mais fácil para os clientes usarem a criptomoeda.

G1

Publicidade Legal

Odebrecht Transport S.A.
 CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de dezembro de 2020
Dia, Hora e Local: Em 17 de dezembro de 2020, às 10:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer e Arnaldo Barbosa de Lima Júnior. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*, e Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Ordem do Dia:** (I) **Matérias para Deliberação:** (01) **PD.CA.OTP 21.2020** Odebrecht Transport S.A. – Aprovação da prorrogação do *Standstill* da dívida da Concessionária do VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca” ou “Concessionária”); e (02) **PD.CA.OTP 22.2020** – Odebrecht Transport S.A. – Aprovação do calendário de reuniões do Conselho de Administração da Odebrecht Transport S.A. para o ano de 2021. (II) **Matérias para Conhecimento:** (01) Atualização dos M&A e Desmobilizações; (02) Atualização TCU CRO; (03) Status Rolagem de Dívida da Concessionária Rota do Oeste (“CRO”); e (04) Fluxo de Caixa da OTP. Abertos os trabalhos do dia o P-CA Ruy Lemos Sampaio, antes de submeter quaisquer propostas, informou aos presentes sobre a mudança na presidência da OTP e agradeceu a Adriano Jucá pela dedicação enquanto esteve como LN da Companhia e na sequência franqueou a palavra aos presentes que também agradeceram a Adriano por todo o trabalho desenvolvido. Na oportunidade Gilberto Braga – Coordenador do Comitê de Conformidade destacou sobre o levantamento que realizaram sobre a indicação de Felipe Jens para ocupar o cargo de Diretor Presidente. Em ato contínuo o P-CA sugeriu que a presente ata fosse lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, para os fins e efeitos do disposto no § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76 (“LSA”), bem como que essa seja levada para registro sem a assinatura de todos os presentes, o que foi aprovado por unanimidade. (I) **Matérias para Deliberação:** Após a devida análise das matérias constantes da Ordem do dia, cujas cópias e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: (01) Aprovaram a **PD.CA.OTP 21.2020** – Odebrecht Transport S.A. – Aprovada pelo CA-OTP a adesão do VLT Carioca à prorrogação da medida emergencial de suspensão de pagamentos oferecida pelo BNDES, de pagamentos de principal e juros compensatórios por mais 6 meses, de 15/10/2020 até 15/03/2021, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato Longo Prazo, mediante a celebração de 3º aditivo ao Contrato Longo Prazo, para a formalização do *Standstill*, com a manutenção e ratificação das garantias outorgadas pela OTP; e (02) Aprovaram a **PD.CA.OTP 22.2020** – Odebrecht Transport S.A. – Aprovação do calendário de reuniões do Conselho de Administração da Odebrecht Transport S.A. para o ano de 2021. (II) **Matérias para Conhecimento:** (01) **Atualizações dos M&A e Desmobilizações:** **a) Rodovias do Nordeste** – Condições Precedentes – Seguem as tratativas com os credores BNB e Desenharia, explicando as dificuldades que estamos enfrentando com as negociações e apresentando as estratégias abordadas pelo próprio comprador frente ao Credor. Acreditamos que desenrolando as tratativas com o BNB, a Desenharia deve seguir o mesmo posicionamento. Por fim, sinalizo que a expectativa para conclusão da operação é início de 2021; **b) CRO – Avaliação estratégica junto a Vinci** – Seguem as conversas com a Vinci e junto ao Poder Concedente e ANTT, para discutir o equilíbrio contratual, inclusive tiveram uma reunião em Brasília. Agora estão levantando os últimos questionamentos e fechando as análises com o suporte da equipe da CRO para apresentar e fornecer quaisquer informações remanescentes, para apresentação da “binding offer”; **c) MOVE**: Transação Concluída, mas existem pendências relacionadas a regularização da conta vinculada, mas já estamos em fase final do contrato e a transação em si está concluída; e **d) Agrovía do Nordeste S.A.**: estamos aguardando retorno da ANTAQ com eventuais dúvidas para prosseguirmos com o processo de indenização (expectativa jun/2021); (02) **Atualização TCU CRO**: A CRO foi intimada sobre decisão cautelar do TCU que deliberou pela redução de 13,3% no valor do tarifário vigente. Considerando que tal decisão afetaria de forma significativa o caixa da concessionária, ela recorreu perante o judiciário e obteve no dia 09/12 decisão favorável que determinou a suspensão da referida redução com a consequente manutenção do patamar tarifário atual. (03) **Status Rolagem Dívida CRO/CEF**: os credores deram o aval para negociarmos com a CEF, mas a CEF insistiu em continuar cobrando os juros moratórios, cujo valor onera muito a Companhia e prejudica a solução definitiva da dívida da Companhia.; e (04) **Fluxo de Caixa da OTP**: Foram apresentados os números da Companhia e apontado dois fatores que influenciaram no FC: (i) a postergação da venda das Rodovias do Nordeste; e (ii) a 2ª parcela da Venda da MoveSP via OM (que faremos uma redução de capital). (III) **Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. (IV) **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 17 de dezembro de 2020. Assinaturas: **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Conselheiros:** Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer e Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, **Documentos Arquivados:** os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia. Certifico e dou fé que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 17 de dezembro de 2020. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 37.593/21-3 em 21/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – *Secretária Geral*.

Ouro fecha em queda, pressionado avanço recente dos juros de títulos públicos



O contrato futuro de ouro mais líquido fechou em queda nesta quinta-feira, pressionado pelo fortalecimento do dólar e o avanço recente dos juros dos títulos públicos em economias avançadas, que rivalizam com o metal precioso pela preferência dos investidores.

Na Comex, divisão de metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega agendada para abril encerrou com perda de 1,46%, a US\$ 1772,80 a onça-troy.

“Além do clima otimista nos mercados financeiros, que reduz a demanda por ouro como porto seguro, temos

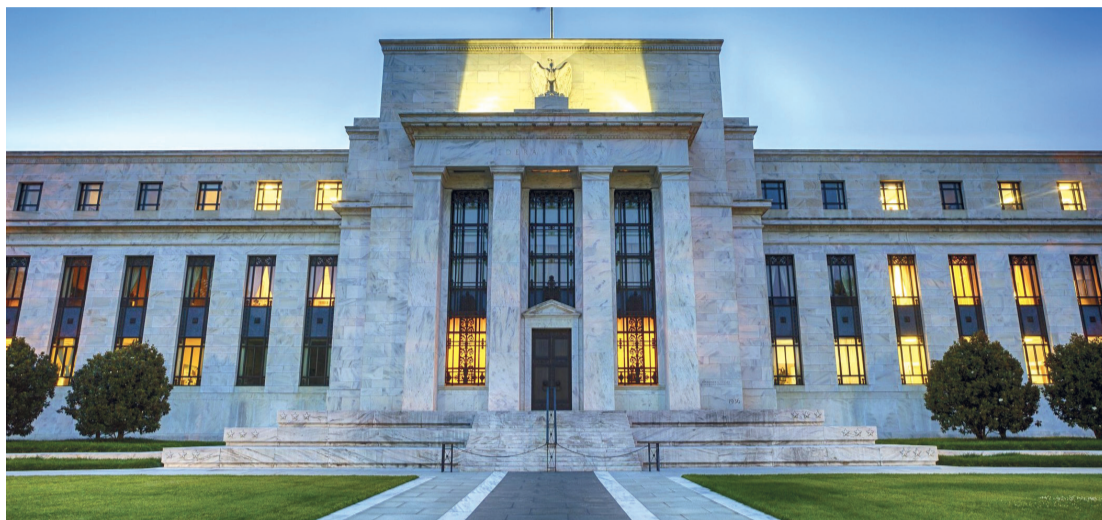
yields crescentes que também tornam o ouro – como um ativo que não rende juros – menos atraente”, explica o analista Eugen Weinberg, do Commerzbank.

Apesar de ter operado em baixa ontem, os rendimentos dos Treasuries vêm de um período de acelerada alta e rondam os níveis mais elevados em um ano. Na Alemanha, o retorno do bônus de 30 anos operou acima de 0,1% pela primeira vez desde maio.

Já no Reino Unido, o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) acelerou a alta para 0,7% em janeiro ante igual mês do ano passado.

IstoéDinheiro

Para Fed, metas para inflação e emprego demorarão para serem atingidas



Apesar de projetarem um impulso na atividade econômica dos Estados Unidos por meio da vacinação contra a covid-19 e de mais estímulos fiscais, os dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) pontuaram que os atuais níveis da atividade e do emprego estão bem abaixo do necessário para a entidade atingir seu objetivo de máximo emprego, segundo informa a ata da mais recente reunião de política monetária do órgão, divulgada nesta quarta-feira, 17.

Com isso, os dirigentes concordaram que o ritmo atual de compra de ativos deverá ser mantido ao menos no atu-

al nível até que “progressos substanciais em direção às metas de emprego e inflação sejam alcançados”, o que deve demorar “algum tempo” para ocorrer, consideraram.

Os dirigentes também notaram que a inflação em dezembro de 2020 estava bem abaixo do objetivo de longo prazo de 2% do Comitê de Política Monetária do Fed.

Alguns deles apontaram, porém, para a possibilidade de que os preços de produtos cuja produção sofreu com gargalos na cadeia de suprimentos aumentem, enquanto outros anteciparam que um possível retorno abrupto aos níveis normais de atividade poderia resultar em aumentos pontuais em certos preços.

Segundo a ata, muitos dirigentes ressaltaram a importância de diferenciar mudanças pontuais nos preços e mudanças na tendência da inflação, observando que as mudanças nos preços relativos poderiam aumentar temporariamente a inflação medida, “mas dificilmente teriam um efeito duradouro”.

Em geral, os dirigentes concordaram que a inflação deve se mover à meta de 2% do Fed ao longo do tempo, com suporte de políticas fiscais e monetárias acomodáticas, consideradas “essenciais” para fomentar a retomada econômica nos EUA, de acordo com a ata.

IstoéDinheiro

Exterior e política empurram Ibovespa para baixo em dia de vencimento de opções



Após abrir perto da estabilidade na retomada dos negócios depois do feriado que vigorou de segunda até as 13 horas desta Quarta-feira de Cinzas, o Ibovespa passou a renovar mínimas, perdendo os 119 mil pontos, em dia de vencimento de opções sobre o índice. Ao mesmo tempo, as bolsas americanas também aceleravam as perdas e as ações da Petrobras na B3 migravam para o terreno negativo. Investidores esperam a ata do Fed à tarde e, aqui, ruídos políticos estão no radar.

“Incomoda, pois existem questões importantes nessa situação. Primeiro, Lira presidente da Câmara, Arthur Lira vai parar pautas importantes para tratar da prisão de um parlamentar, que parece que virou prioridade”, afirma o estrategista-chefe do Grupo La-

atus, Jefferson Laatus. Outro ponto, acrescenta o estrategista, o presidente da Casa, que convocou reunião extraordinária da mesa para esta tarde e, na sequência, o colégio de líderes, para tratar da prisão do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ), precisa ter muito “tato” ao avaliar o assunto.

“O Lira tem dois processos no STF é réu por corrupção em duas ações”, cita o estrategista. Além disso, o estrategista ressalta ausência de manifestação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre o assunto. “Isso pode indicar omissão perante seus aliados e, caso de manifeste, arrumar problemas”, avalia.

Para o economista-chefe do banco digital ModalMais, Álvaro Bandeira, a reunião convocada por Lira pode atrapalhar pois desvia a pauta econômica.

IstoéDinheiro

Companhia Brasileira de Cartuchos – CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
 São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 9 horas do dia 26 de fevereiro de 2021, na Avenida Humberto de Campos, 3220, Bairro Guapituba, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia, contados a partir de 30/03/2021. Ribeirão Pires, 17 de fevereiro de 2021. Fabio Luiz Munhoz Mazzaro – Diretor Presidente; Richard Gonçalves Silva – Diretor Administrativo e Financeiro. (18, 19 e 20/02/2021).

Odebrecht Mobilidade S.A.
 CNPJ/MF nº 19.215.328/0001-53 – NIRE 35.300.458.885
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de dezembro de 2020.
Dia, Hora e Local: Em 21 de dezembro, às 10:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs.: Adriano Chaves Jacú Rolim, Adriano Lima Ferreira, Rodrigo Barbosa Veloso, Alexandre Carmona Cortês e Kazuhisa Ota. **Mesa:** Sr. Adriano Lima Ferreira – *Presidente*; e Sra. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Ordem do Dia:** (I) **Matéria de Deliberação:** Após a devida análise das matérias e das Propostas de Deliberação (“PD”), cujas cópias e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes tomaram as seguintes deliberações: 1) **PD. CA. OM 10/20** – Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”) – Aprovar o 3º Termo Aditivo ao Contrato de Longo Prazo da Concessionária VLT Carioca S.A. (“VLT Carioca”). Nos termos e condições da referida “PD”, após discussões e entendimentos expostos sobre a matéria, foi aprovado, por unanimidade dos Conselheiros presentes, a adesão do VLT Carioca a medida emergencial de suspensão temporária de pagamentos de principal e de juros compensatórios, de 15/10/2020 até 15/03/2021, com capitalização no saldo devedor, a cada evento financeiro de vencimento abarcado pela mencionada suspensão, sem alteração do termo final do prazo de amortização da dívida nem da taxa de juros do Contrato Longo Prazo, oferecida pelo BNDES, mediante a celebração de 3º Aditivo ao Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0435.1 celebrado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e Concessionária do VLT Carioca S.A., com a intervenção de terceiros, para formalização do Standstill com a manutenção e ratificação das garantias outorgadas. 2) **PD. CA. OM 11/20 – Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”)** – Aprovar a convocação de Assembleia Geral para Redução de Capital no valor de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) com o pagamento e posterior cancelamento das ações. (II) Autorizar diretoria da Companhia a praticar todos os atos que se fizerem necessários ao estrito cumprimento das deliberações acima, respeitando o Estatuto Social da Companhia. (III) **Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. **Encerramento, Lavratura e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 21 de dezembro de 2020. **Mesa:** Adriano Lima Ferreira, *Presidente* e Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Conselheiros:** (I) Adriano Chaves Jacú Rolim; (II) Adriano Lima Ferreira; (III) Rodrigo Barbosa Veloso; (IV) Kazuhisa Ota; e (V) Alexandre Carmona Cortês. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo, 21 de dezembro de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 28.799/21-5 em 20/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Odebrecht Rodovias S.A.
 CNPJ/MF nº 21.626.030/0001-88 – NIRE 35.300.474.287
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de dezembro de 2020
Dia, Hora e Local: Em 01 de dezembro de 2020, às 10:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Adriano Chaves Jacú Rolim, Rodrigo Barbosa Veloso, Adriano Lima Ferreira e Josimá Matos Guimarães. **Mesa:** Adriano Chaves Jacú Rolim – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Ordem do Dia:** (I) **Matérias para deliberação:** PD.CA.ODB Rodovias 09/20 e PD.CA.ODB Rodovias 10/20. (II) **Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. (I) **Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação (“PD”), cuja cópia e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, aprovaram, nos seus exatos termos e condições, **1) a PD.CA.ODB Rodovias 09/20** – Renovação do Seguro Garantia da Concessionária Rota do Atlântico S/A (“CRA”) e prestação de contragarantia pela Odebrecht Rodovias na proporção de 50% do total garantido. **2) a PD.CA.ODB Rodovias 10/20** – Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”) ou “Vendedora”) – Alienação da totalidade da participação acionária detida nas rodovias Concessionária Bahia Norte, Concessionária Rota do Atlântico e Concessionária Rota dos Coqueiros. (II) **Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. (III) **Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. (IV) **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 01 de dezembro de 2020. **Mesa:** Adriano Chaves Jacú Rolim – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Conselheiros:** Adriano Chaves Jacú Rolim, Rodrigo Barbosa Veloso, Adriano Lima Ferreira e Josimá Matos Guimarães. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 01 de dezembro de 2020. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 36.156/21-8 em 20/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Odebrecht Transport S.A.
 CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548
Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2020
Dia, Hora e Local: Em 29 de setembro de 2020, às 15:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, André Amaro da Silveira, Rogério Bautista da Nova Moreira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Carlos Alexandre Jorge da Costa, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Ordem do Dia:** (I) **Matérias para deliberação:** (01) **PD.CA.OTP 08/20**; (02) **PD.CA.OTP 18/20**; (03) **PD.CA.OTP 19/20**; e (04) **Revisão do Programa de Ação – LN OTP**, com as metas consolidadas para o biênio 2019-2020. (II) **Matérias informativas:** Nada a registrar; e (I) **Matérias para deliberação:** Após a devida análise das Propostas de Deliberações (“PD’s”) constantes da Ordem do Dia, cujas cópias e documentos conexos às PD’s foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, por unanimidade de votos, tomaram as seguintes deliberações: (01) **Aprovada a PD.CA.OTP 08/20** – Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) – Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) – Cessão do Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, celebrado entre a Concessionária Move São Paulo e o Estado de São Paulo, para a Concessionária Linha Universidade S.A., incluindo todos os direitos, prerrogativas e obrigações, presentes ou futuros, da Concessionária Move São Paulo nele estabelecidos, vinculados ou decorrentes do Contrato de Concessão, incluindo os créditos e as prerrogativas da Concessionária Move São Paulo em face de terceiros ou/ou do Poder Concedente, decorrentes do Contrato de Concessão, e os bens que estejam sob posse e domínio da Concessionária Move São Paulo; (02) **Aprovada a PD.CA.OTP 18/20** – Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) – Alienação da totalidade da participação acionária indiretamente detida pela OTP na Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (“CRC”) e/ou a alienação da participação acionária indiretamente detida pela OTP na Concessionária Bahia Norte S.A. (“CBN”) e Concessionária Rota do Atlântico S.A. (“CRA”) para a Verona Holding Participações Societárias Ltda., empresa controlada por fundos(s) de investimento gerido(s) pela Monte Equity Partners Consultoria e Desenvolvimento Ltda.; (03) **Aprovada a PD. CA.OTP 19/20** – Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) – Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) – Alienação de Ativos Não Circulantes – Patrimônio Leve da Odebrecht Transport, em condições e valores de mercado, do patrimônio leve da OTP, conforme controles contábeis internos, servindo o Laudo de Avaliação de Bens de conteúdo apenas como referência não vinculante das negociações; (04) **Aprovada a Revisão do Programa de Ação – LN OTP**, com as metas consolidadas para o biênio 2019-2020; e (05) Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar e assinar todos os atos necessários para o cumprimento das deliberações acima. (II) **Matérias informativas:** Nada a registrar. (III) **Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. (IV) **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de setembro de 2020. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Conselheiros:** Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, André Amaro da Silveira, Rogério Bautista da Nova Moreira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Carlos Alexandre Jorge da Costa, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior e Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa. **Documentos Arquivados:** os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 29 de setembro de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 37.594/21-7 em 21/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Green Energy Group Participações S.A.
 CNPJ/MF nº 07.627.056/0001-63 – NIRE 35.300.376.170
Ata de Assembleia Geral Extraordinária de Dissolução realizada em 12 de setembro de 2019
 Aos 12/09/2019, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Professor Sebastião Soares de Faria, nº 57, 5º andar, São Paulo-SP, reuniu-se a Acionista representando 100% do capital social com direito a voto para tomar as seguintes deliberações: **A)** dissolução da Companhia e nomeação de liquidante; e **B)** alteração do endereço da sede da Companhia, com o objetivo de realizar a adequação do endereço do imóvel atualmente ocupado ao constante no Cadastro do Imóvel (Setor-Quadra-Lote) da Prefeitura Municipal de São Paulo. Assumiu a presidência da mesa o Sr. Fabio Dalla Colletta de Mattos que convidou a mim, Patrícia Magalhães Boito Chacon, para secretariá-lo, o que acedei. Foi esclarecido que a ata seria lavrada de forma sumária. Verificada a presença da totalidade do capital social com direito a voto, pelas assinaturas lançadas no livro de presença, resolvem os Senhores Acionistas, por unanimidade: **A)** aprovar a dissolução da Companhia, nos termos da *letra d, inciso I* do artigo 206 da Lei 6.404/76, em virtude da liquidação definitiva da acionista First Place Investments S.A., em 10/01/2017, conforme certidão de encerramento da liquidação voluntária, emitido pelo Registro de Comércio e Sociedades (Junta Comercial) de Luxemburgo, ora acostada, restando apenas como única acionista, a FGR Mattos Participações e Negócios Ltda., que não mais tem interesse em dar continuidade à Companhia. Fica nomeado como liquidante, o Sr. Fabio Dalla Colletta de Mattos, portador da cédula de identidade RG nº 19.980.373 e do PF/MR sob o nº 184.090.138-19, que restringirá sua gestão aos negócios inadiáveis e necessários à liquidação da Companhia, empregando o nome empresarial acrescentado da expressão “EM LIQUIDAÇÃO” e de sua assinatura individual, com a declaração de sua qualidade (liquidante); e **B)** aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, com o objetivo de realizar a adequação do endereço do imóvel atualmente ocupado ao constante no Cadastro do Imóvel (Setor-Quadra-Lote) da Prefeitura Municipal de São Paulo, modificando, portanto, a redação do Artigo 3º do Estatuto Social, que passará a vigor da seguinte maneira: “Artigo 3º- A Companhia tem sede e foro social na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1209, 5º Andar, Bela Vista, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01317-001, Brasil, podendo, por deliberação do Conselho de Administração, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos, escritórios de representação, postos de venda ou qualquer outro estabelecimento em qualquer parte do território nacional ou no exterior, bem como associar-se a outras sociedades comerciais ou industriais”. **Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, foi encerrada a sessão, lavrando-se esta ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. São Paulo, 12/09/2019. **Mesa:** Fabio Dalla Colletta de Mattos – *Presidente*; Patrícia Magalhães Boito Chacon – *Secretária*. **Assinatura:** FGR Mattos Participações e Negócios Ltda. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 425.549/20-3 em 09/10/2020. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Sociedade Centro Empresarial Tamboré
 CNPJ/ME nº 57.389.868/0001-42
Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
 Ficam convocados todos os senhores associados para participarem das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da SO CET – Sociedade Centro Empresarial Tamboré, que serão realizadas no dia 02/03/2021, em sua Sede Social, sítio na Avenida Ceci, nº 651, no Loteamento Centro Empresarial Tamboré, em Barueri-SP, sendo a Ordinária às 16:30 horas e a Extraordinária às 17:30 horas. Informamos que ambas as reuniões serão realizadas em primeira convocação nos horários designados com a maioria de votos e, em segunda convocação, meia hora após, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária;** a) Relatório das atividades da Diretoria em 2020; b) Aprovação do Balanço encerrado em 31.12.20; c) Aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2021; d) Eleição da Diretoria e do Conselho Fiscal para o período de um ano; e) Outros assuntos de interesse social. **Assembleia Geral Extraordinária;** Ratificar decisão da Diretoria em extinguir o Fundo de Reserva que foi criado para melhorias do Sistema de Segurança Eletrônica da SO CET. Outros assuntos de interesse social. **Ricardo de Souza Nagib** – *Presidente*.

Odebrecht Rodovias S.A.
 CNPJ/MF nº 21.626.030/0001-88 – NIRE 35.300.474.287
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de outubro de 2020
Dia, Hora e Local: Em 19 de outubro de 2020, às 11:00 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Adriano Chaves Jacú Rolim, Rodrigo Barbosa Veloso, Adriano Lima Ferreira e Josimá Matos Guimarães. **Mesa:** Adriano Chaves Jacú Rolim – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Ordem do Dia e Deliberações:** (I) **Matérias para deliberação:** PD.CA.ODB Rodovias 08/20. (II) **Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. (I) **Matérias para deliberação:** Após a devida análise da Proposta de Deliberação (“PD”) constante da Ordem do Dia, cuja cópia e documentos conexos à PD foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes, tomaram a seguinte deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos seus exatos termos e condições, a **PD.CA.ODB Rodovias 08/20 – Odebrecht Rodovias S.A. (“ODB Rodovias”)** – Definição da Contrapartida Anual 2019 da Patrocinadora ODB Rodovias – Foi aprovado igualmente por unanimidade que, enquanto o direcionamento estratégico do Plano de Ação do Líder de Negócio da Odebrecht Transport S.A. for a desmobilização organizada dos seus ativos remanescentes e a solução definitiva do endividamento da companhia, se mantenha a fixação do percentual de 50% como Contrapartida Anual para os próximos exercícios. (II) **Matérias para conhecimento:** Nada a registrar. (III) **Matérias de Interesse da Companhia:** Nada a registrar. (IV) **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo/SP, 19 de outubro de 2020. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. JUCESP – Certifico o registro sob o nº 36.157/21-1 em 20/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Odebrecht Transport S.A.
 CNPJ/MF nº 12.251.483/0001-86 – NIRE 35.300.381.548
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de outubro de 2020
Dia, Hora e Local: Em 29 de Outubro de 2020, às 10:30 horas, realizada de forma virtual. **Presença:** Presentes os seguintes membros do Conselho de Administração da Companhia: Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa e Carlos Alexandre Jorge da Costa. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Ordem do Dia:** (I) **Matérias para Deliberação:** (01) Programa de Ação (PA) 2021 LN OTP; e (II) **Matérias para Conhecimento:** (01) Status da Contratação do Auditor 2021; (02) Atualizações dos M&A e Desmobilizações; (03) Atualização VLT-RJ; (04) Status Rolagem Dívida CRO/CEF e (05) Fluxo de Caixa da OTP. Abertos os trabalhos do dia o P-CA Ruy Lemos Sampaio, apresentou aos Conselheiros e Diretores da Companhia, o convidado Sr. Jose Mauro Carneiro, Presidente do Conselho de Administração da Odebrecht S.A. “em recuperação judicial”. Também informou que o Sr. José Mauro Carneiro assinou Termo de Confidencialidade, comprometendo-se a manter o estrito e absoluto sigilo acerca de toda e qualquer informação obtida enquanto participante da reunião. Em seguida, submeteu aos presentes a proposta de que esta ata fosse lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, para os fins e efeitos do disposto no § 1º do art. 130 da Lei 6.404/76 (“LSA”), bem como que seja levada para registro sem a assinatura de todos os presentes, o que foi aprovado por unanimidade. (I) **Matérias para Deliberação:** Após a devida análise das matérias constantes da Ordem do dia, cujas cópias e documentos conexos foram encaminhados previamente para conhecimento dos Conselheiros e permanecerão arquivados na sede da Companhia, os Conselheiros presentes tomaram as seguintes deliberações: (01) **Programa de Ação (PA) 2021 LN OTP.** O LN OTP apresentou aos presentes o seu PA 2021, indicando que a definição do Negócio, a Postura e Diretrizes para sua condução, e, por fim, o Cenário, são predominantemente semelhantes ao PA do Biênio 2019/2020, recém aprovado. Dessa forma, concentrou-se na apresentação das metas e prioridades para 2021. Encerrada a apresentação e colocada a matéria para votação, os conselheiros, por unanimidade, deliberaram aprovar o PA 2021 LN OTP, conforme apresentado ao Conselho; (II) **Matérias para Conhecimento:** (01) **Status da Contratação do Auditor 2021** – A exemplo dos demais anos, com base no Acordo de Acionista, a companhia contatou as “Big 4” – PWC, Deloitte, KPMG e EY, a Diretoria da Companhia indicou a contratação da BDO para o exercício de 2021. Nesse sentido, a Companhia submetterá a referida contratação a veto dos acionistas minoritários, conforme dispõe o seu Acordo de Acionistas, e, em seguida, submetterá à aprovação desse Conselho; (02) **Atualizações dos M&A e Desmobilizações:** **a) Rodovias do Nordeste – Condições Precedentes.** Informado ao Conselho que a aprovação da troca de controle da CBN e CRC pelo BNB e Desenbahia, este último exclusivamente no caso da CBN, é a única condição precedente ainda não cumprida. **b) CRO:** Seguem as conversas com a Vinci Partners junto ao Poder Concedente e ANTT, **c) Rescisão Amigável/Terminal de Açúcar:** Em 20 de agosto de 2020, a Agrovila do Nordeste entregou a área do terminal para Suape, concluindo a primeira etapa da rescisão contratual. A partir da devolução da área, o processo vai para ANTAQ para que se proceda o cálculo do valor a ser indenizado pelos ativos ainda não amortizados. (03) **Atualização VLT-RJ:** a CCR segue suportando o projeto, através de sucessivos aportes de capital, diluindo, consequentemente, os demais acionistas, inclusive a Odebrecht Mobilidade S.A. – OM. A arbitragem instaurada objetiva reduzir a exposição da OTP. (04) **Status Rolagem Dívida CRO/CEF:** Faltos os devidos esclarecimentos do status quo dessa negociação e (05) **Fluxo de Caixa da OTP:** Apresentados o fluxo de caixa da Companhia até o final de 2020 e uma previsão para 2021; (III) **Matérias de Interesse da Companhia:** Após as discussões das matérias da ordem do dia, a Diretoria da Companhia atualizou o Conselho quanto a possibilidade de uma transação, envolvendo a participação de 15% da Companhia na Concessionária Rota das Bandeiras. (IV) **Encerramento da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, a qual lida, discutida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 29 de outubro de 2020. **Mesa:** Ruy Lemos Sampaio, *Presidente*; Simone Torres de Oliveira, *Secretária*. **Conselheiros:** Ruy Lemos Sampaio, Antônio Marco Campos Rabello, Luciano Nitirini Guidolin, Rogério Bautista da Nova Moreira, André Amaro da Silveira, Juliana Sá Vieira Baiardi, Gilberto Braga, André Fernandes Berenguer, Arnaldo Barbosa de Lima Júnior, Celso Leonardo Derzi de Jesus Barbosa e Carlos Alexandre Jorge da Costa. **Documentos Arquivados:** os documentos mencionados nesta Ata foram arquivados na sede da Companhia. **Certifico e dou fé** que esta ata é uma cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 29 de outubro de 2020. Simone Torres de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 37.478/21-7 em 21/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

OTP SPV Participações S.A.
 CNPJ nº 31.059.221/0001-69 – NIRE nº 35.300.519.256
Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de maio de 2020
Data, Hora e Local: Em 29 de maio de 2020, às 15:00 horas, realizada de forma virtual. **Publicações:** Relatório da Administração, Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal O Dia SP, ambos na edição de 24 de abril de 2020. **Presenças:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, nos termos do Art. 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”), tendo em vista a participação de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Rodrigo Barbosa Veloso – *Presidente*; e Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (a) a tomada de contas dos Administradores, o Relatório Anual da Administração, bem como o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, página 38 e no jornal O Dia SP, página 5, ambos na edição de 24 de abril de 2020; e (b) a destinação do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (c) a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores. **Deliberações:** Foi autorizada a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em forma de sumário, com a omissão das assinaturas da acionista na publicação desta Ata, nos termos do Artigo 130, § 1º e § 2º, respectivamente, da Lei das S.A. Os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos, deliberaram o seguinte, sem quaisquer restrições: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (a) Observada a exigência do artigo 134, § 1º, da Lei das S.A. e tomadas as contas dos Administradores com abstenção dos legalmente impedidos, foram aprovados, por unanimidade e sem ressalvas, nos termos do artigo 132 da Lei nº 6.404/76, o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Os acionistas declaram que tomaram conhecimento de referidos documentos e consideraram sanada a falta de publicação dos anúncios sobre a respectiva disponibilização, bem como a observância dos prazos de antecedência aplicáveis, na forma do Artigo 133, § 4º, da Lei das S.A.; (b) Aprovar a destinação do prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ de R\$ 51.833.104,45 (cinquenta e um milhões, oitocentos e trinta e três mil, cento e quatro reais e quarenta e cinco centavos), para a rubrica de Prerrogativas acumuladas. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (c) Os acionistas decidem não fixar o montante global anual de remuneração dos administradores vigente para o exercício de 2020, uma vez que serão remunerados por etapas do grupo econômico das acionistas à qual se encontram respectivamente vinculados. **Quórum das Deliberações:** Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições. **Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal permanente, nem foi instalado no presente exercício. **Documentos Arquivados:** Foram arquivados, na sede da Companhia, os documentos referidos nesta Ata, após numerados seguidamente e autenticados pelos membros da Mesa. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, lavrando-se a presente Ata que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Assinaturas: Rodrigo Barbosa Veloso – *Presidente*; Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. Acionistas: Odebrecht Transport S.A., por Adriano Lima Ferreira e Rodrigo Barbosa Veloso. **Certifico e dou fé** que a presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 29 de maio de 2020. Simone Torres de Oliveira – *Secretária*. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 39.406/21-0 em 26/01/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Confira no nosso site:
www.datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda
 Câmbio livre BC - R\$ 5,4132 / R\$ 5,4138**
 Câmbio livre mercado - R\$ 5,4140 / R\$5,4160*
 Turismo - R\$ 5,437 / R\$ 5,570

(*) cotação média do mercado
 (***) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
 no dia: 0,78%

OURO BM&F
 R\$ 309,60

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
 Variação: 0,78%
 Pontos: 120.355
 Volume financeiro:
 R\$ 28,009 bilhões
 Maiores altas: Embraer ON (14,58%), PetroRio ON (10,30%), Usiminas PNA (5,99%)
 Maiores baixas: Raia Drogasil ON (-3,5%), WEG ON (-2,97%), Nevea ON (-2,75%)

S&P 500 (Nova York): -0,03%
 Dow Jones (Nova York): 0,29%
 Nasdaq (Nova York): -0,58%
 CAC 40 (Paris): -0,36%
 Dax 30 (Frankfurt): -1,10%
 Financial 100 (Londres): 0,56%
 Nikkei 225 (Tóquio): -0,58%
 Hang Seng (Hong Kong): 1,10%
 Shanghai Composite (Xangai): 1,43%
 CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 2,14%
 Merval (Buenos Aires): 1,79%
 IPC (México): 0,81%

Negócios

OLX ganha terreno em imóveis e quer ir além dos classificados online



Marcos Leite viveu de perto boa parte da história da OLX no Brasil. Primeiro, como CEO da operação local, de 2012 a 2015, época em que os classificados online de produtos usados ainda engatinhavam por aqui. Depois, como COO, quando a empresa se uniu ao Bomnegócio.

Desde o fim de 2020, o executivo está à frente de mais um movimento da empresa: a ZAP+, unidade criada com a aquisição do Grupo ZAP, de imóveis online, por R\$ 2,9 bilhões. A transação foi anunciada em março e aprovada em outubro do ano passado pelo Cade.

Com o acordo, o grupo integrou as marcas ZAP e Viva

Real, entre outras operações, à OLX Imóveis, seu braço no setor. “Estamos em nossa terceira onda no Brasil”, diz Leite, CEO da ZAP+, ao NeoFeed. “E, nesse novo cenário, a vertical de imóveis é a maior e mais importante da OLX.”

Depois de dedicar boa parte do tempo à integração dos dois negócios, a ZAP+ começa a dar os primeiros passos, em um pacote que engloba frentes como ofertas financeiras, exploração de big data e até uma plataforma de e-learning para corretores e imobiliárias.

Por trás dessa movimentação está também a expectativa de aumento na concorrência no setor, com o avanço de nomes que, se ainda não disputam o mesmo espaço

que o grupo, como os casos de QuintoAndar e Loft, caminham para se consolidar como grandes rivais no médio prazo.

Para enfrentar essa competição, a ZAP+ quer “chegar mais perto da transação”, como define Leite. Para isso, um dos projetos é encorpar sua oferta de financiamento imobiliário nos anúncios das plataformas.

Hoje, as soluções disponíveis incluem parceiros como o Bradesco, com a OLX, e o Santander, com o ZAP. Em um dos principais modelos já em operação, os financiamentos são ofertados por meio de banners nas plataformas do grupo. A cada negócio fechado, a ZAP+ ganha uma comissão.

Por que, até agora, nenhuma montadora quis produzir o carro da Apple

A largada para o Project Titan, plano da Apple para desenvolver o próprio carro, foi dado em 2014. Mas a Apple está enfrentando dificuldades com o projeto, que ficou na gaveta por muitos anos e foi retomado no ano passado. O problema é que, até agora, nenhuma montadora que a companhia conversou está disposta a assumir a produção do carro.

O alvo mais recente da Apple foi a japonesa Nissan, mas as negociações não foram para frente, de acordo com o jornal britânico Financial Times. As ações da montadora subiram 5,6% quando o CEO, Makoto Uchida, afirmou que estava disposto a colaborar com empresas de tecnologia ao ser perguntado em uma coletiva sobre as conversas com a Apple, na semana passada.

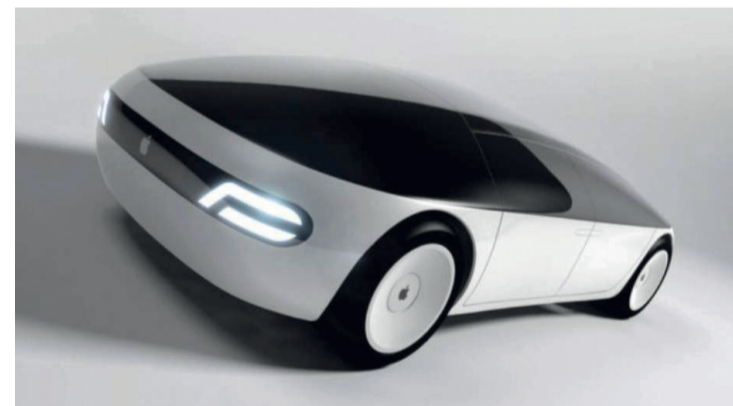
Antes disso, a companhia havia tentado negociar com a sul-coreana Hyundai Motor e

sua afiliada Kia Motors. Da mesma maneira, a negociação não vingou e o diretor de operações da montadora, Ashwani Gupta, disse que não há qualquer acordo entre as empresas.

Nenhuma montadora parece disposta a assumir um papel secundário na produção. As fabricantes de carros seriam responsáveis apenas por fornecer os veículos, que receberiam a marca da Apple para serem comercializados. É o que já acontece com o iPhone, cuja produção é feita pela taiwanesa Foxconn.

“Podemos fazer uma parceria, mas a empresa terá que adaptar seus serviços a nosso produto e não o contrário”, afirmou Gupta, em referência à Apple. A declaração do executivo fez com que as ações das duas empresas, que haviam sido impulsionadas com os rumores, caíssem 6% no início da semana passada.

Neofeed



Delivery 2.0: A aposta elétrica da RD para entregas com pegada ESG



A sustentabilidade começa finalmente a ganhar opções na cadeia de entregas. A RD (RADL3), maior rede de farmácias do país com as marcas DrogaRaia e Drogasil, acaba de acertar uma parceria com a startup EuEntrego para adotar um novo meio de mobilidade urbana para a entrega de medicamentos e outros produtos: bicicletas elétricas.

O projeto é voltado para as entregas na chamada “última milha”, ou seja, que levam o produto até a casa do cliente já dentro das cidades. Viniçius Pessin, CEO e sócio-fundador da EuEntrego em 2016, conta que ficou convencido da viabilidade estratégica do

modal de bicicletas elétricas ao visitar diversas cidades na China alguns anos atrás.

A parceria começa no bairro de Moema, na cidade de São Paulo, em uma área que atende 12 farmácias da RD. Em um primeiro momento, serão disponibilizadas quatro bicicletas elétricas para atender os pedidos, mas o plano é escalar esse número para a casa de dezenas de bikes na medida em que novos bairros e clientes sejam incorporados.

A meta é chegar ao fim de 2021 com 2.000 bicicletas elétricas utilizadas para entrega por meio de outras parcerias já acertadas, mas ainda não divulgadas. Uma rede de pet shop, uma de brinquedos

e outra de cosméticos estão entre os próximos clientes a serem anunciados.

“A parceria viabilizará uma estratégia alternativa à utilização de motos em grandes cidades, além de contribuir com o meio ambiente já que o modal é sustentável, com emissão zero de carbono”, diz Flavio Correia, Diretor de Omnichannel & e-commerce da RD. “Está totalmente aderente à nossa estratégia de sustentabilidade.”

Pessin diz que simulações apontam que, em uma jornada de oito horas, os entregadores serão capazes de realizar de 12 a 13 entregas diariamente em Moema.

Exame